

18/01/2019

Direito Civil Objetivo

Professor: Rafael Mota

Função Social do Contrato

Resumo

Esta prevista no art. 421

Art. 421. A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato.

Distinção entre função social do contrato e boa fé objetiva.

- A boa fé objetiva ele visa regular a relação entre contratos tem natureza interna horizontal
- A função social do contrato ela não pretende regular a relação entre as partes, ela pretende regular a relação desse contrato, com terceiros estranhos a relação contratual e a postura desses terceiros, diante dessa relação contratual, tem natureza externa, exógena, com aplicação vertical. É função social é para que terceiro não atrapalhe a execução do contrato.

O princípio da função social do contrato disciplinado no art. 421 do cc/02, mitiga o princípio da relatividade contratual ampliando, um conceito de parte e obrigando terceiros estranhos a concorrerem para o seu adimplemento. Ou seja quem descumpra a função social são os terceiros a relação negocial. Um bom exemplo de função social, esta no contrato, esta no capítulo de prestação de serviços previsto no art. 608 cc/02.

Art. 608. Aquele que aliciar pessoas obrigadas em contrato escrito a prestar serviço a outrem pagará a este a importância que ao prestador de serviço, pelo ajuste desfeito, houvesse de caber durante dois anos.

Exercícios

1) Concurso: Tribunal Regional Eleitoral / Pernambuco (TRE PE) 2004

Cargo: Analista Judiciário - Área Judiciária

Banca: Fundação Carlos Chagas (FCC)

Nível: Superior

Direito Civil TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL Fatos Jurídicos

Considere:

I. A função social do contrato prevista no art. 421 do novo Código Civil elimina o princípio da autonomia contratual.

II. Em virtude do princípio da boa-fé, positivado no art. 422 do novo Código Civil, a violação dos deveres anexos constitui espécie de inadimplemento, independentemente de culpa.

III. É lícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas no novo Código Civil.

IV. O impedimento de contratar tendo por objeto a herança de pessoa viva tem uma única exceção, expressamente prevista no novo Código Civil.

Quanto às normas gerais sobre contratos, são corretos APENAS

A. II e III.

B. I e II.

C. I e III.

D. II e IV.

E. III e IV.

2) Concurso: Câmara de Sumaré - SP 2017

Cargo: Procurador Jurídico

Banca: Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista (VUNESP)

Nível: Superior

Direito Civil TEORIA DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, EXTRA CONTRATUAIS E DECLARAÇÕES UNILATERAIS DA VONTADE Teoria das Obrigações Contratuais

A empresa 123 Eventos e Fábio firmaram, no ano 2000, contrato de prestação de serviços, por prazo indeterminado, por meio do qual Fábio prestava assessoria em informática para a empresa. Uma das obrigações contratuais de Fábio era enviar, quinzenalmente, um relatório descritivo das tarefas realizadas naquele período. Fábio nunca enviou os relatórios e o representante legal da empresa também nunca os exigiu. Em 2017, a 123 Eventos exigiu todos os relatórios, desde o início da prestação dos serviços, ameaçando cobrar a multa estipulada em cláusula penal caso Fábio não atendesse à solicitação. Fábio apontou que não poderia atender ao pedido e argumentou que durante os 17 (dezessete) anos de vigência do contrato, tal obrigação jamais havia sido exigida. Desse modo, concluiu Fábio que a obrigação contratual não seria mais exigível. A argumentação e conclusão de Fábio têm suporte, em tese,

A. na vedação ao comportamento contraditório.

B. na teoria do adimplemento substancial.

C. na função social dos contratos.

D. na presumida vulnerabilidade do fornecedor pessoa física.

E. no instituto da supressio.

Gabarito

1) A

2) E